

CONTRATO Nº 013/2022

Processo nº.: 01.22.780

P.B.H. - ATIVOS S/A
REGISTRADO

Livro nº 02 - Reg. 001/2023

Fls.: 59

03 / 01 / 2023

Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados para elaboração de laudos de avaliação mercadológica de imóveis urbanos, de propriedade da PBH Ativos S/A, situados na cidade de Belo Horizonte/MG e descritos neste termo de referência. A avaliação deverá ser efetuada com observância às normas da ABNT 14653-1 (Procedimentos Gerais), 14653-2 (Imóveis Urbanos), com elaboração de laudo completo devidamente fundamentado, utilizando-se o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado acompanhado de Relatório Fotográfico que celebram a **PBH ATIVOS S/A** e a empresa **ENGENHARIA MACLUF LTDA**.

A **PBH ATIVOS S/A**, Sociedade Anônima de capital fechado, sob o controle acionário do Município de Belo Horizonte, com sede na Rua Espírito Santo, 605 – 10º Andar – Centro – Belo Horizonte / MG – CEP: 30.160-919, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pela sua Diretora Executiva, Soraya de Fátima Mourthé Marques, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 441.021.276-15, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **ENGENHARIA MACLUF LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.627.837/0001-72, estabelecida à Rua Ramiro Athanásio de Souza, 12, bairro Ouro Preto, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.320-390, representada por seu Naime Macluf Costa, portador do CPF: 009.885.900-50, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente da Dispensa de Valor nº: **013/2022**, processo administrativo nº: **01.22.780**, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DOS ANEXOS



Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados para elaboração de laudos de avaliação mercadológica de imóveis urbanos, de propriedade da PBH Ativos S/A, situados na cidade de Belo Horizonte/MG. A avaliação deverá ser efetuada com observância às normas da ABNT 14653-1 (Procedimentos Gerais), 14653-2 (Imóveis Urbanos), com elaboração de laudo completo devidamente fundamentado, utilizando-se o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado acompanhado de Relatório Fotográfico.

1.1. Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

Contrato nº. 013/2022

Página 1 de 21

Rua Espírito Santo, 605 . 10º andar . Centro . CEP: 30.160-919 . Belo Horizonte | MG

 +55 31| 3246.7044  contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

- I. Anexo I do TR – Descrição da prestação do serviço;
- II- Proposta da Contratada;
- III- Termo de Referência, independentemente da sua transcrição.

1.1.1. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no *caput* e as deste CONTRATO, prevalecerão as regras contidas no TR.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

2.1. Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, incluindo TR, seus anexos e pelas seguintes normas, incluindo suas alterações: Decretos Municipais nº 15.113/13 e nº 15.185/2013; Leis Federais nº 12.846/2013, nº 13.709/2018, nº 13.303/2016, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Instrução Normativa PBH ATIVOS nº 006/2022 que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de vigência deste CONTRATO é de 06 (seis) meses, contados da data de sua assinatura.

3.2. Os serviços deverão ser executados **em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da assinatura deste contrato.**

3.3. O prazo de vigência poderá ser alterado nos limites da Lei 13.303/2016 e do RILC da PBH Ativos, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 O recebimento do objeto se dará na forma prevista no art. 121 do RILC da PBH Ativos (IN 007/2022), sendo:

I. **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade com o especificado no TR, contrato e anexos:

a)- Em até 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato, deverá ser entregue no mínimo, 03 (três) laudos;

b)- Em até 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato, deverá ter sido efetivada a entrega total de no mínimo 10 (dez) laudos;

c)- Em até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, deverá ter sido concluída a prestação dos serviços com apresentação dos 20 (vinte) laudos;

Mediante justificativa, a Gerência Contábil poderá alterar os prazos constantes do cronograma a que alude este subitem.

II. **Definitivamente**, no caso de a execução do serviço estar de acordo com o especificado no TR, contrato e anexos.

III. Uma vez verificado a conformidade do objeto contratual com as exigências do CONTRATO será realizado o recebimento definitivo pelo fiscal do CONTRATO, com a lavratura do termo de recebimento definitivo, se couber, após o qual a CONTRATADA será comunicada para a emissão da respectiva Nota Fiscal de Serviço.

4.2. Caso seja constatada a desconformidade do serviço com as especificações do contrato, TR e anexos a futura CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

4.3. Em caso de irregularidade, o empregado da CONTRATANTE responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Gerência Administrativa da PBH Ativos S/A para as providências cabíveis na forma da legislação.

4.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1. Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$8.887,00 (oito mil, oitocentos e oitenta e sete reais), para o período de vigência deste contrato.

5.2. Estão consideradas no preço todas as despesas e condições dos serviços, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais e trabalhistas, taxas, seguros, prazos de entrega, frete, manutenção, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação dos serviços objeto da presente dispensa, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal, bem como, entregá-la até 1 (um) dia após sua emissão.

6.2. Os documentos fiscais deverão ser atestados mensalmente pelo fiscal do contrato previamente designado pelo Contratante em publicação no DOM (Diário Oficial do Município).

6.3. O pagamento será efetuado pela Gerência Financeira da PBH Ativos S/A no prazo de até 30 (trinta) dias contados da emissão da Nota Fiscal entregue, conforme subitem 6.4.

6.4. A Contratada deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme legislação vigente.

6.5. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECURSO FINANCEIRO

7.1. O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. O CONTRATO, será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

8.1.1. Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

8.2. Os preços serão corrigidos monetariamente pelo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da solicitação da CONTRATADA, que deve vir acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que as fundamenta.

8.2.1. A PBH Ativos poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

8.3. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- I - a partir da assinatura da apostila/termo aditivo;
- II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações futuras ou;
- III - em data anterior à repactuação do CONTRATO, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

8.4. No caso previsto no inciso III, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas no TR, neste contrato e anexos, na legislação vigente, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- I. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado no Anexo I.
- II. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no TR e em cumprimento ao disposto no RILC (IN 007/2022-PBH Ativos).
- III. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação na dispensa.
- IV. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.
- V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.
- VI. manter um telefone e/ou Central de Atendimento que deverão ficar disponíveis

- nos horários de funcionamento da CONTRATANTE;
- VII. alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.
- VIII. pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do CONTRATO, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.
- IX. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- X. Informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do CONTRATO, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e a mitigação de seus impactos.

9.2. É de responsabilidade da CONTRATADA a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, surgidos no decorrer do CONTRATO, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9.3 A CONTRATADA deverá atender, durante a vigência contratual, de forma imediata, toda e qualquer solicitação da CONTRATANTE decorrente de reformulação, correção ou adequação do serviço que se fizerem necessárias.

9.4 A CONTRATANTE poderá solicitar reunião a qualquer momento, na forma presencial, na sede da CONTRATANTE, visando a apresentação de relatórios e definir ações corretivas e ajustes que se fizerem necessários ao bom cumprimento do CONTRATO.

9.5 A CONTRATADA deverá indicar, formalmente, um de seus funcionários para atuar como Gestor do CONTRATO junto a CONTRATANTE. Este gestor será o responsável por toda relação contratual com a CONTRATANTE, apresentar relatórios e participar de reuniões com a CONTRATANTE, que atenda as condições previstas no subitem 9.8 deste contrato.

9.6 É obrigação da CONTRATADA arcar com os custos relativos ao transporte e a alimentação dos profissionais alocados na execução do objeto desta dispensa.

9.7 A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da CONTRATANTE da qual venha a ter acesso durante a execução do serviço.

9.8 A CONTRATADA deverá alocar PREPOSTOS com a devida qualificação e em número compatível com as especificações dos SERVIÇOS, devendo:

- I. Antes do início da execução do CONTRATO, a CONTRATADA deverá indicar o PREPOSTO que será o Representante da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:
 - a) Garantir a regularidade do vínculo existente entre si e seus PREPOSTOS durante toda a vigência do CONTRATO;

- b) Realizar a interlocução com a CONTRATANTE, incluindo o fornecimento das informações necessária à regular prestação dos serviços, e aquelas solicitadas pela CONTRATANTE;
 - c) Participar das reuniões;
 - d) Dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção;
- II. Comprovar a capacitação e a regularidade dos PREPOSTOS alocados, bem como apresentar à CONTRATANTE, sempre que requerido, os documentos e informações necessários à referida comprovação;
- III. Garantir a observância das disposições do CONTRATO e da legislação vigente pelos PREPOSTOS, obrigando-se a manter a CONTRATANTE indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos PREPOSTOS à PBH ATIVOS ou a terceiros;
- IV. Notificar a CONTRATANTE, previamente, em caso de substituição de PREPOSTOS, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos SERVIÇOS, bem como para que os novos PREPOSTOS atendam ao disposto no CONTRATO;
- V. Substituir os PREPOSTOS, caso eventualmente requerido pela CONTRATANTE de forma motivada;
- VI. Garantir que os PREPOSTOS, incluindo aqueles que venham a ser substituídos, observem os deveres legais e contratuais de sigilo, inclusive após o fim de vigência do CONTRATO;
- VII. Arcar com todos os custos relacionados aos PREPOSTOS, em especial, mas não se limitando a encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, tributos, transporte, hospedagem e alimentação, seguros, EPI/EPC, encargos de contratação, de dispensa e de treinamento.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- I. Designar o um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO.
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.
- III. Permitir e acompanhar o acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, sempre que necessário.
- IV. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos empregados.
- V. Receber os serviços entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final da avaliação de cada Fase, o Termo de Aceite definitivo.
- VI. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após o recebimento definitivo dos serviços.
- VII. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços.

VIII. Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.

IX. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO DO CONTRATO, DE SUAS OBRIGAÇÕES E DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por Terceiros.

11.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse CONTRATO.

11.3. A CONTRATADA não poderá:

- I. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA;
- II. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO SIGILO

12.1. Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da CONTRATADA, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONDUTA E INTEGRIDADE

13.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº. 004/2021 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS - <http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/>, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I - recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II - tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto

desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;

- III - oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV - preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V - abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;
- VI - rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;
- VII - promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-004/2021-Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-011/2018-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

14.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução do CONTRATO. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I - “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II - “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;
- III - “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV - “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;

- V - "prática obstrutiva" significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

14.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes do TR ou do CONTRATO, pelos LICITANTES e pelo futuro CONTRATADO implicarão nas seguintes sanções administrativas:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

16.2. Da advertência:

16.2.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal ao LICITANTE/CONTRATADO, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual será o LICITANTE/CONTRATADO advertido sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada.

16.3. Da multa:

16.3.1. O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos neste CONTRATO, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do CONTRATO, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I – multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega da execução dos serviços, objeto da contratação, até o

limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;

- II – multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o CONTRATO, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
- III – multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:
 - a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
 - b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela PBH ATIVOS;
 - c) tumultuar a sessão pública da licitação;
 - d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade PREGÃO, a despeito da declaração em sentido contrário;
 - e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de licitação;
 - f) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- IV – multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
 - a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO, nos termos da Lei 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos;
 - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
 - c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo CONTRATANTE, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - d) não devolver eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
 - e) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do CONTRATO;
 - f) tolerar, no cumprimento do CONTRATO, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
 - g) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo CONTRATANTE;
 - h) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
 - i) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do CONTRATO nas datas avençadas;
 - j) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- V – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da LICITAÇÃO na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em

desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

VI – multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, quando o infrator der causa à rescisão do mesmo;

VII – indenização a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do CONTRATO e sua conduta implicar em gastos à CONTRATANTE superiores aos contratados.

16.3.2. Se a recusa em assinar o CONTRATO a que se refere o inciso II do subitem **16.3.1** for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a PBH ATIVOS poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

16.3.3 O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

16.3.4. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

16.3.5. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

16.3.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

16.4. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

16.4.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no EDITAL e no CONTRATO e das demais cominações legais.

16.5. Dos procedimentos

16.5.1 Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação do LICITANTE/CONTRATADO, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

16.5.2 O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

16.5.3 Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

16.5.4 Os recursos têm efeito suspensivo, isto é, até que sejam decididos, o processo licitatório não terá seguimento, exceto quando manifestamente protelatório ou quando se puder decidir de plano.

16.5.5 Durante a fase de execução do CONTRATO, caberá à Diretoria Executiva:

I. julgar as defesas prévias;

II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

16.5.6 As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a LICITANTE/CONTRATADA do dever de plena execução do objeto contratado.

16.5.6.1 No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

16.5.6.2 Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;

II. execução da garantia de execução do CONTRATO, caso o valor da fatura não seja suficiente;

III. adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

17.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

17.2. A CONTRATADA compromete-se a garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

17.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

17.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

17.4.1. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do **cumprimento do objeto deste instrumento contratual**.

17.4.2. A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

17.5. A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato/convênio/parceria, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

17.5.1. A CONTRATADA não será permitido deter cópias ou *backups*, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

17.5.1.1 A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

17.6. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

17.6.1 A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

17.6.2. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

17.7. A CONTRATADA fica obrigado a manter preposto para comunicação com a Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

17.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a A CONTRATADA e o CONTRATANTE bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

17.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;
- IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

18.2. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos:

- I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;
- II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:
 - a) atrasos injustificados;
 - b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da CONTRATANTE;
 - c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
 - d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
 - e) cometimento reiterado de faltas na execução do CONTRATO;
 - f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - g) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;
 - h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;
 - j) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
 - k) não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado, ou falta de complementação do valor no caso de execução do valor ou de insuficiência, independente do motivo;

- l) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- m) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- n) nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III. razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno, observada a legislação aplicável ao caso.

18.2.1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

18.3. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará as seguintes consequências:

I. execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela

CONTRATANTE;

II. retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei nº 13.303/2016.

19.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016.

19.3. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

19.4. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

19.5. A CONTRATADA fica ciente de que a CONTRATANTE disponibilizará na internet, para acesso público, cópia do presente instrumento, contendo dados pessoais como nome completo e número de CPF do sócio representante da CONTRATADA, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA PUBLICAÇÃO

20.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no "Diário Oficial Municipal" correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte,

SORAYA DE FATIMA
MOURTHE MARQUES
LAGE:44102127615

Assinado de forma digital por
SORAYA DE FATIMA MOURTHE
MARQUES LAGE:44102127615
Dados: 2023.01.02 15:53:24 -03'00'

Soraya Mourthé
Diretoria Executiva
PBH ATIVOS

PEDRO
MENEGUETTI:418354
84620

Assinado de forma digital por
PEDRO MENEGUETTI:41835484620
Dados: 2023.01.03 10:43:26 -03'00'

Pedro Meneguetti
Diretoria da Presidência
PBH ATIVOS

NAIME MACLUF
COSTA:009885900
50

Assinado de forma digital por
NAIME MACLUF
COSTA:00988590050
Dados: 2023.01.02 13:16:19
-03'00'

Naime Macluf Costa
Diretor
ENGENHARIA MACLUF LTDA.

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

1. OBJETO

1.2. Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados para elaboração de laudos de avaliação mercadológica dos imóveis urbanos, de propriedade da PBH Ativos S/A, situados na cidade de Belo Horizonte/MG e descritos neste termo de referência. A avaliação deverá ser efetuada com observância às normas da ABNT 14653-1 (Procedimentos Gerais), 14653-2 (Imóveis Urbanos), com elaboração de laudo completo devidamente fundamentado, utilizando-se o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado acompanhado de Relatório Fotográfico

2. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

2.1. A avaliação deverá ser efetuada com observância às normas da ABNT 14653-1 (Procedimentos Gerais), 14653-2 (Imóveis Urbanos), com elaboração de laudo de avaliação completo devidamente fundamentado, utilizando-se o método comparativo direto de dados de mercado, de acordo com as normas da ABNT 14653-1 e 14653-2, incluindo vistoria dos imóveis.

2.1.1. A vistoria deverá ser feita pelo engenheiro responsável pela elaboração do laudo, mediante declaração.

2.2. Deverá ser emitido um laudo para cada imóvel sendo apresentados separadamente.

2.3. A ART deve estar junto de cada laudo apresentado.

2.4. Os laudos deverão ser entregues em conjunto, respeitado o prazo limite estabelecido, acompanhados de relatório fotográfico.

2.5. Os laudos podem ser entregues isoladamente, ou em conjunto, respeitado o prazo limite estabelecido neste Termo de Referência, devendo evitar represamento dos trabalhos.

2.6. Os laudos deverão conter valor de mercado e o valor de venda forçada.

2.7. Para fins de composição de valores, a Contratada deverá demonstrar para cada imóvel, discriminando, a pesquisa de mercado realizada, comprovando a contemplação mínima de 50% (cinquenta por cento) de número de imóveis.

2.8. A CONTRATADA não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;

2.9. A CONTRATADA não poderá dar ensejo a correção/complementação de quaisquer dos laudos por mais de duas vezes, salvo por motivo justificado, que deverá ser aceito pela CONTRATANTE, a seu critério;

2.10. Configurando-se a hipótese prevista no subitem 2.8, a CONTRATADA não fará jus ao pagamento do laudo respectivo.

2.11. A CONTRATADA é responsável pelas informações técnicas contidas nos laudos a serem elaborados, independente do prazo contratual.

3. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS LAUDOS

3.1. A entrega dos laudos deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do Contrato.

3.1.1. Mediante pedido formal da Contratada, com justificativa, a Gerência Contábil poderá autorizar a prorrogação do prazo acima.

3.2. Os laudos deverão ser entregues na sede da PBH Ativos S/A, na Rua Espírito Santo, 605- 10º andar, Centro-Belo Horizonte – MG, CEP 30.160-919, no horário comercial, em duas vias, na forma impressa, mediante recibo, bem como uma via em meio magnético.

4 - RELAÇÃO DOS IMÓVEIS

Nº	REGIONAL	QUADRA / LOTE	ÁREA TERRENO (m²)	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO	ZONA ATUAL
1	B	108A 022	6883,03	AV. EXPEDITO F TAVARES	JATOBA	PA 1
2	B	027 013	1163,14	RUA S DOIS	URUCUIA	OM2-Ocupação moderada
3	B	032 009	1058,00	RUA S DOIS	URUCUIA	OM2-Ocupação moderada
4	CS	048 025	4624,50	AV. RAJA GABÁGLIA	SÃO BENTO	OM1-61,19% PA1-38,81%
5	L	012 001A	3080,00	RUA TAQUARIL	JONAS VEIGA	OM 2
6	NE	117 006	11926,77	VIA DE LIGAÇÃO BR DUZENTOS E SESSENTA E DOIS	VITÓRIA	OM2-Ocupação moderada
7	NO	010 028	362,00	RUA AZEVEDO JUNIOR	MINAS BRASIL	OM3
8	NO	010 029	423,00	RUA AZEVEDO JUNIOR	MINAS BRASIL	OM3
9	NO	010 030	360,00	RUA ENGENHEIRO PAULO FERNANDES	MINAS BRASIL	OM3
10	NO	010 032	395,00	RUA PROFESSOR ZILLER	MINAS BRASIL	OM3
11	NO	010 033	362,00	RUA PROFESSOR ZILLER	MINAS BRASIL	OM3
12	NO	010 034	360,00	RUA PROFESSOR ZILLER	MINAS BRASIL	OM3
13	O	034 010A	2261,92	RUA GERALDO LUCIO VASCONCELOS	BURITIS	OM2-Ocupação moderada
14	P	001 027	6068,85	RUA DESEMBARGADOR PAULO MOTA	ENGENHO NOGUEIRA	PA1-72,83% OM2-27,17%
15	P	119 028	5855,10	RUA DEZENOVE	MANACAS	AGEUC
16	P	119 025	3662,50	RUA TENENTE GERALDO BARBOSA	MANACAS	AGEUC
17	B	156 07A	2469,36	RUA PASTOR JOSE BATISTA	JATOBA	AGEE
18	B	143 048	1516,83	RUA OITOCENTOS E SESSENTA E DOIS	DIAMANTE	OP1
19	NE	035 001	480,00	RUA CONDE DE SANTA MARINHA	CACHOEIRIN HA	OM3
20	O	114 002	419,97	RUA ISTRIA FERRAZ	DOS BURITIS	PA3

ANEXO II – PROPOSTA DA CONTRATADA

MODELO PROPOSTA COMERCIAL

Dispensa de Valor: 013/2022

Objeto:

Razão Social: ENGENHARIA MACLUF LTDA

CNPJ: 20.627.837/0001-72

Endereço, telefone: (31)98104-4000

E-mail: engenhariamacruf@gmail.com

N.	CID.	TIPO	ÁREA	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO	VALOR UNIT.LAUDO
1	BH	LOTE	6.853,03	QUADRA 108A LOTE 022-	AV. Expedito de Faria Tavares	JATOSÁ	444,35
2	BH	LOTE	1.163,14	QUADRA 027 LOTE 013-	RUA S DOIS	URUCUIA	444,35
3	BH	LOTE	1.358,00	QUADRA 032 LOTE 009-	RUA S DOIS	URUCUIA	444,35
4	BH	LOTE	4.624,50	QUADRA 048 LOTE 025-	AV. RAJA GABAGLIA	SÃO BENTO	444,35
5	BH	LOTE	3.080,00	QUADRA 012 LOTE 001A-	RUA TAQUAREL	JONAS VEIGA	444,35
6	BH	LOTE	11.926,77	QUADRA 117 LOTE 006-	VIA DE LIGAÇÃO BR 262	VITÓRIA	444,35
7	BH	LOTE	362,00	QUADRA 010 LOTE 028-	RUA AZEVEDO JUNIOR	MINAS BRASIL	444,35
8	BH	LOTE	423,00	QUADRA 010 LOTE 029-	RUA AZEVEDO JUNIOR	MINAS BRASIL	444,35
9	BH	LOTE	360,00	QUADRA 010 LOTE 030-	RUA ENG. PAULO FERNANDES	MINAS BRASIL	444,35
10	BH	LOTE	395,00	QUADRA 010 LOTE 032-	RUA PROFESSOR ZILLER	MINAS BRASIL	444,35
11	BH	LOTE	362,00	QUADRA 010 LOTE 033-	RUA PROFESSOR ZILLER	MINAS BRASIL	444,35
12	BH	LOTE	360,00	QUADRA 010 LOTE 034	RUA PROFESSOR ZILLER	MINAS BRASIL	444,35
13	BH	LOTE	2.261,92	QUADRA 034 LOTE 010A-	RUA GERALDO LUCIO VASCONCELOS	SURITIS	444,35

TR. PROPOSTA

Rua Espírito Santo, 605 - 10º andar, Centro, CEP: 30.160-919, Belo Horizonte | MG
☎ +55 31 3246 7044 ✉ contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

Página 11 de 12

Contrato nº. 013/2022

Página 20 de 21

Rua Espírito Santo, 605 - 10º andar, Centro, CEP: 30.160-919, Belo Horizonte | MG

☎ +55 31 3246.7044 ✉ contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

Hash da assinatura: 42D91F660C8BBCAE56AA0CF551D1672760494058 - Para validar o documento acesse assinatura digital.pbh.gov.br

14	BH	LOTE	5.068,85	QUADRA 001 LOTE 027-	RUA DES. PAULO MOTA	ENGENHO NOGUEIRA	444,35
15	BH	LOTE	5.855,10	-QUADRA 119 LOTE 028	RUA DEZENOVE	MANACÁS	444,35
16	BH	LOTE	3.662,50	QUADRA 119 LOTE 025-	RUA TEN. GERALDO BARBOSA	MANACÁS	444,35
17	BH	LOTE	2.469,36	QUADRA 156 LOTE 007-	RUA PASTOR JOSE BATISTA	JATOBA	444,35
18	BH	LOTE	1.516,83	QUADRA 143 LOTE 048	RUA OITOCENTOS E SESSENTA E DOIS	DIAMANTE	444,35
19	BH	LOTE	480,00	QUADRA 35 LOTE 01 -	RUA CONDE DE SANTA MARINHA	CACHOEIRI NHA	444,35
20	BH	LOTE	419,97	QUADRA 114 LOTE 02-	RUA ESTRIA FERRAZ	BURITIS	444,35

VALOR TOTAL DOS 20 IMÓVEIS: R\$ (.....valor por extenso.....)

R\$ 8.887,00 (Oito mil e oitocentos e oitenta e sete reais)

Validade do orçamento de pelo menos 90 (noventa) dias.

Nos preços propostos deverão estar incluídos e considerados todos os custos, despesas e condições dos serviços, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais e trabalhistas, taxas, seguros, prazos de entrega, frete, manutenção, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação dos serviços objeto da presente dispensa, que ficarão a cargo única e exclusivamente da futura Contratada.

10 _____ de Novembro _____ de 2022

NAIME MACLUF

Assinado de forma digital por

NAIME MACLUF

COSTA:00988590050

COSTA:00988590050

Assinatura do responsável legal da empresa

Portal da Assinatura - PBH

22 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em Terça-feira, 3 de Janeiro de 2023 às 12:40

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

09- CONTRATO 013-22 - ASSINADO PM (1).pdf

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Terça-feira, 3 de Janeiro de 2023 às 13:58
Assinante: MARIA NAZARE FERREIRA DE SOUZA Matrícula: AT000073
Hash da assinatura: C5676C715574EF04DA0B0AE03851672765110970 Para validar utilize o QR Code ao lado.



Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Terça-feira, 3 de Janeiro de 2023 às 12:41
Assinante: ANA LUISA MARTINS MACEDO AT000077 Matrícula: AT000077
Hash da assinatura: 42D91F660C8BBCAE56AA0CF551D1672760494058 Para validar utilize o QR Code ao lado.

